

**Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2022**

**Cataguases, 12 de maio de 2022** - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais”, “EMG” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T22). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

**1. Considerações gerais**

A Companhia atende:



**2. Desempenho econômico-financeiro**

**2.1. Destaques**

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T22	1T21	Variação %
Receita Operacional Bruta	376,4	323,6	+ 16,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	359,5	313,3	+ 14,8
Receita Operacional Líquida	232,0	199,8	+ 16,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	215,0	189,5	+ 13,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	40,6	60,6	- 33,0
EBITDA	51,1	70,7	- 27,7
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	54,7	74,6	- 26,8
Resultado financeiro	(9,6)	(4,8)	+ 101,0
Lucro Líquido	20,8	37,0	- 43,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	477,1	471,0	+ 1,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) <sup>(2)</sup>	299,5	316,5	- 5,4
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) <sup>(2)</sup>	395,8	401,8	- 1,5
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	23,6	37,3	- 13,8 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	31/03/2021	31/12/2020	Variação %
Ativo Total	1.284,1	1.345,4	- 4,6
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	121,6	128,6	- 5,5
Patrimônio Líquido	278,8	261,5	+ 6,6
Endividamento Líquido	408,7	377,7	+ 8,2

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

### 3. Desempenho operacional

#### 3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 395,8 GWh, redução de 1,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse resultado foi influenciado principalmente pelo recuo da classe rural, que apresentou redução de 21,3% (ou 9,9 GWh), essa queda foi direcionada pelo efeito Resolução normativa Nº 901/2020 (ANEEL) e pelas fortes chuvas que provocaram alagamentos em diversas cidades da região em fevereiro. Destaque para a classe industrial (+3,2% ou 3,4 GWh), com aumento no consumo direcionado por minérios e têxtil. As classes residencial e comercial, influenciadas pelo clima, também apresentaram queda, obtendo -0,6% (0,9 GWh) e -2,0% (1,2 GWh), respectivamente.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
<b>Residencial</b>	<b>150,5</b>	<b>151,4</b>	<b>- 0,6</b>
<b>Industrial</b>	<b>110,4</b>	<b>106,9</b>	<b>+ 3,2</b>
✓ Cativo Industrial	21,1	25,8	- 18,3
✓ Livre Industrial	89,3	81,1	+ 10,1
<b>Comercial</b>	<b>57,8</b>	<b>59,0</b>	<b>- 2,0</b>
✓ Cativo Comercial	50,8	54,8	- 7,3
✓ Livre Comercial	7,0	4,2	+ 67,8
<b>Rural</b>	<b>36,6</b>	<b>46,5</b>	<b>- 21,3</b>
<b>Outros</b>	<b>40,5</b>	<b>38,0</b>	<b>+ 6,5</b>
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>299,5</b>	<b>316,5</b>	<b>- 5,4</b>
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>96,2</b>	<b>85,3</b>	<b>+ 12,9</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>395,8</b>	<b>401,8</b>	<b>- 1,5</b>
<b>4 Fornecimento não faturado</b>	<b>3,7</b>	<b>3,2</b>	<b>+ 16,5</b>
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>399,5</b>	<b>405,0</b>	<b>- 1,4</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 477.121 unidades consumidoras cativas, número 1,3% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 102 consumidores livres.

#### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A Companhia segue abaixo do referencial regulatório, fechando o trimestre com 9,05%, o resultado é 0,19 ponto percentual menor do que dezembro de 2021 e 0,94 ponto percentual menor que março de 2021.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

									Últimos 12 meses	
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22		
9,54	9,61	9,59	0,45	-0,38	-0,54	9,99	9,24	9,05	10,70	

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%) <sup>(1)</sup>
mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	mar/21	dez/21	mar/22	
177,4	179,5	181,2	8,4	-7,0	-10,2	185,8	172,5	170,9	- 0,9

(1) Variação dezembro de 2021 / março de 2022. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### 3.3. Gestão da Inadimplência

#### 3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

**Indicador de PPECLD (% últimos 12 meses)**

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	mar/22	mar/21	Variação em p.p.
EMG	0,35	0,38	- 0,03

#### 3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	mar/22	mar/21	Variação em p. p.
EMG	98,14	98,27	- 0,13

### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Os indicadores ficaram abaixo dos limites regulatórios, registrando redução de 0,65 horas no DEC e aumento de 0,42 vezes no FEC, ambos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	mar/22	mar/21	Var.(%)	mar/22	mar/21	Var.(%)		
EMG	8,10	8,75	- 7,4	5,27	4,85	+ 8,7	10,86 	7,80 

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

## 4. Desempenho Financeiro

### 4.1. Receita Operacional

No trimestre atual, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 359,5 milhões, ante R\$ 313,3 milhões registrados no anterior, crescimento de 14,8% (R\$ 46,2 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 13,5% (R\$ 25,5 milhões) no trimestre, para R\$ 172,6 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>301,7</b>	<b>262,0</b>	<b>+ 15,1</b>
✓ Residencial	156,8	136,8	+ 14,6
✓ Industrial	22,2	20,0	+ 11,4
✓ Comercial	56,1	48,7	+ 15,0
✓ Rural	34,6	33,9	+ 2,0
✓ Outras classes	32,0	22,6	+ 41,4
(+) Suprimento de energia elétrica	3,5	6,1	- 43,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	5,7	8,9	- 35,5
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	28,1	14,8	+ 89,2
(+) Receitas de construção	16,9	10,3	+ 64,2
(+) Constituição e amortização (CVA)	(6,8)	0,8	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	21,7	17,6	+ 23,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,5	0,9	+ 60,3
(+) Outras receitas	4,2	2,1	+ 95,3
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>376,4</b>	<b>323,6</b>	<b>+ 16,3</b>
(-) Impostos sobre vendas	107,0	98,7	+ 8,3
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	-	(0,8)	-
(-) Encargos setoriais	37,5	25,8	+ 45,3
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>232,0</b>	<b>199,8</b>	<b>+ 16,1</b>
(-) Receitas de construção	16,9	10,3	+ 64,2
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>215,0</b>	<b>189,5</b>	<b>+ 13,5</b>

Seguem algumas variações em R\$ milhões no 1T22 em relação ao 1T21:

- i) Crescimento de 15,1% (R\$ 39,7 milhões) nas receitas no mercado cativo;
- ii) Aumento de 89,2% (R\$ 13,2 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD);
- iii) Acréscimo de 60,3% (R\$ 0,5 milhão) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão; e
- iv) Redução de 43,2% (R\$ 2,6 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras.

#### 4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 174,5 milhões no 1T22, crescimento de 35,3% (R\$ 45,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

A seguir, a composição das despesas operacionais da Companhia:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>134,4</b>	<b>127,9</b>	<b>+ 5,1</b>
1.1 Energia comprada	108,9	106,3	+ 2,4
1.2 Transporte de potência elétrica	25,5	21,5	+ 18,5
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>28,9</b>	<b>24,6</b>	<b>+ 17,3</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>26,7</b>	<b>23,6</b>	<b>+ 13,1</b>
2.1.1 Pessoal	10,9	12,4	- 11,7
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,5	0,4	+ 43,1
2.1.3 Material	2,3	2,0	+ 17,9
2.1.4 Serviços de terceiros	11,1	13,9	- 20,0
2.1.5 Outras	1,9	(5,0)	-
✓ Multas e compensações	0,0	(6,6)	-
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	0,2	-
✓ Outros	1,8	1,4	+ 26,5
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>2,1</b>	<b>1,0</b>	<b>+ 117,4</b>
2.2.1 Contingências	0,3	0,3	+ 33,8
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	1,8	0,7	+ 147,6
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>11,2</b>	<b>(23,5)</b>	<b>-</b>
3.1 Amortização e depreciação	10,5	10,1	+ 3,9
3.2 Outras receitas/despesas	0,6	(33,7)	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>174,5</b>	<b>128,9</b>	<b>+ 35,3</b>
Custo de construção (*)	16,9	10,3	+ 64,2
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>191,4</b>	<b>139,3</b>	<b>+ 37,5</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

#### **PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)**

As despesas com PMSO tiveram aumento de 13,1% (R\$ 3,1 milhões) e atingiram R\$ 26,7 milhões no trimestre.

A seguir, seguem alguns comentários sobre as variações nas despesas de PMSO no trimestre:

- (i) **Pessoal e Benefício Pós Emprego** - as despesas com pessoal e benefício pós-emprego atingiram R\$ 11,4 milhões, redução de 10,9% (R\$ 1,4 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado;
- (ii) **Material** - as despesas foram R\$ 0,4 milhão superiores que mesmo período do ano anterior, refletindo os gastos com a frota, que se destinaram a combustíveis e lubrificantes, somados às despesas com materiais técnicos para manutenção de automação;
- (iii) **Serviços de Terceiros** - redução de R\$ 2,8 milhões em relação ao 1T21, principalmente devido aos menores gastos com consultoria (- R\$ 2,1 milhões).

### 4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T22	1T21	Var. %	Var. R\$
<b>(=) Lucro líquido do período</b>	<b>20,8</b>	<b>37,0</b>	<b>- 43,9</b>	<b>(16,3)</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(10,2)	(18,8)	- 45,5	8,5
(-) Resultado financeiro	(9,6)	(4,8)	+ 101,0	(4,8)
(-) Amortização e depreciação	(10,5)	(10,1)	+ 3,9	(0,4)
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>51,1</b>	<b>70,7</b>	<b>- 27,7</b>	<b>(19,6)</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	3,6	3,9	- 9,2	(0,4)
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>54,7</b>	<b>74,6</b>	<b>- 26,8</b>	<b>(20,0)</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,6	37,3	- 13,8 p.p.	

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Caixa e Endividamento

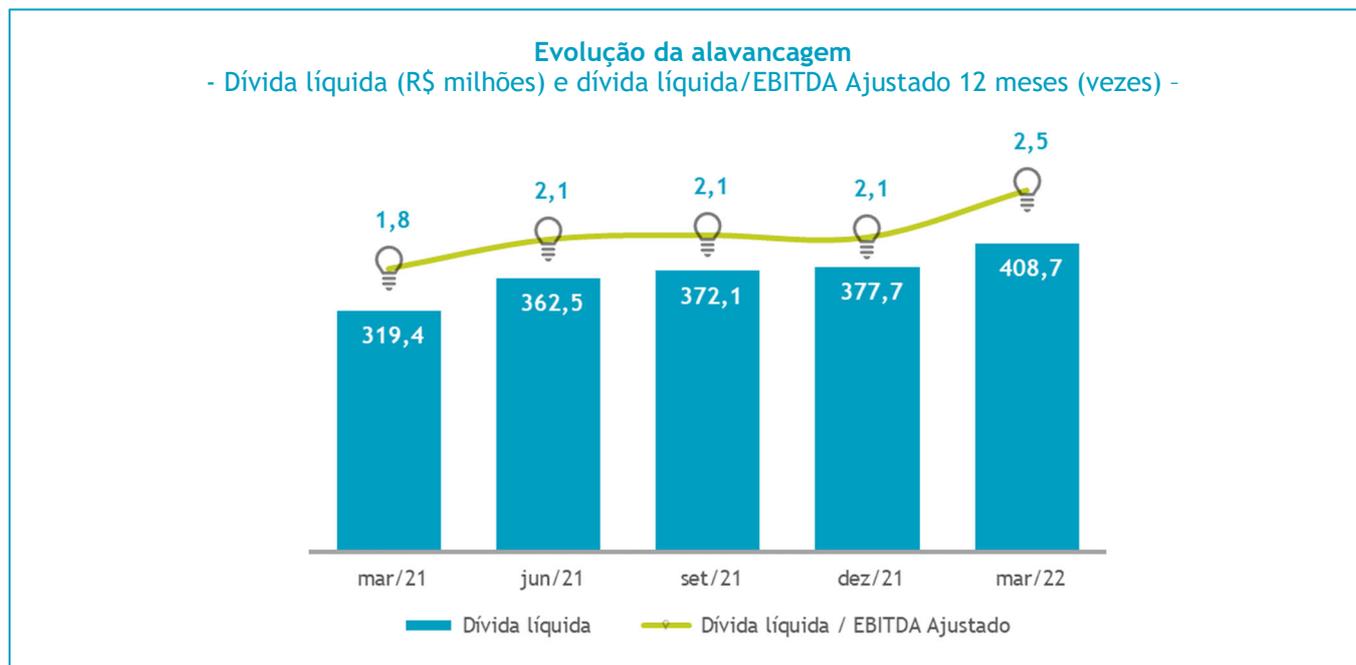
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 145,4 milhões em março de 2022, frente aos R\$ 171,4 milhões registrados em dezembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R\$ 23,8 milhões em março de 2022, contra R\$ 42,8 milhões em dezembro de 2021.

Em 31 de março de 2022 a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 408,7 milhões, contra R\$ 377,7 milhões em dezembro de 2021. Conseqüentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 2,1 vezes em dezembro de 2021 para 2,5 vezes em março de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

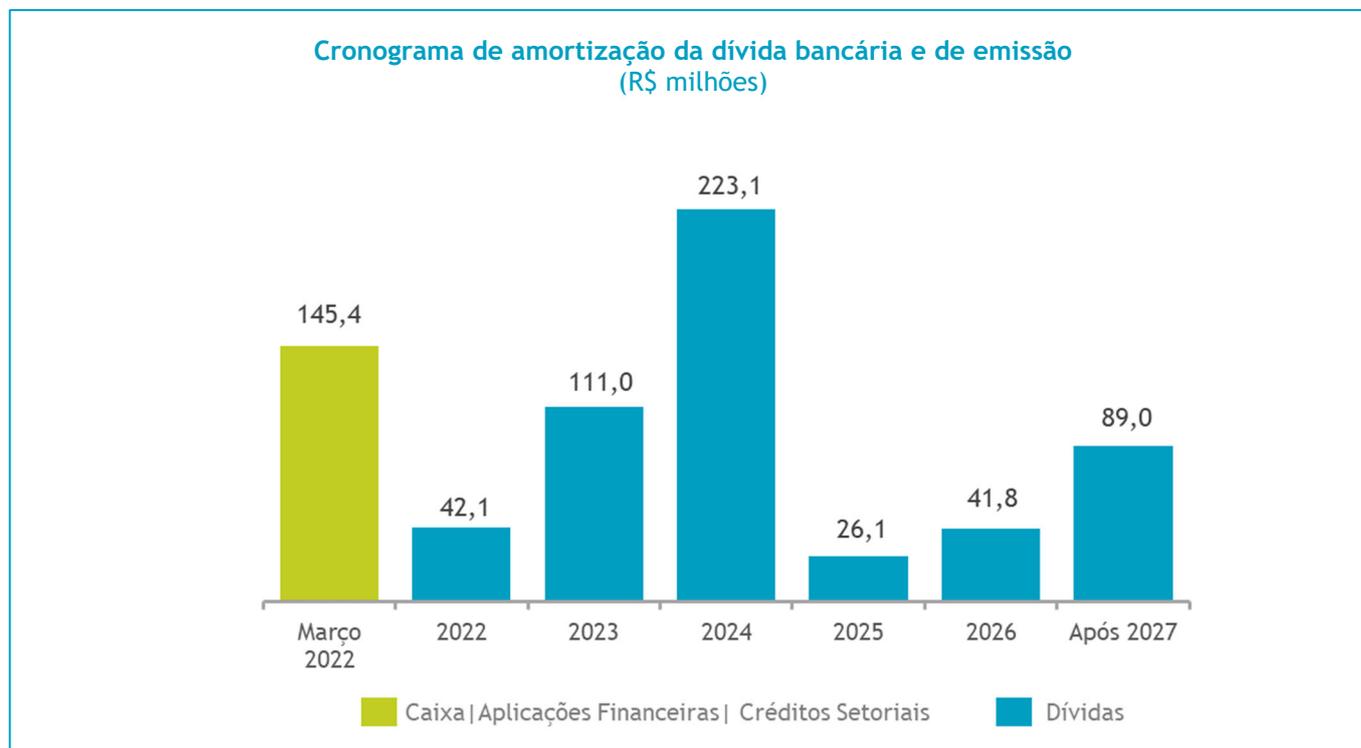
Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2022	31/12/2021	30/09/2021
<b>Circulante</b>	<b>126,3</b>	<b>59,1</b>	<b>84,5</b>
Empréstimos e financiamentos	5,9	4,3	39,5
Debêntures	95,7	33,8	29,0
Encargos de dívidas	1,9	1,0	5,3
Benefícios pós-emprego	1,2	1,2	1,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	21,6	18,7	9,7
<b>Não Circulante</b>	<b>427,9</b>	<b>490,0</b>	<b>477,7</b>
Empréstimos e financiamentos	246,9	278,7	236,5
Debêntures	182,8	239,7	257,6
Benefícios pós-emprego	8,2	7,9	10,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(10,1)	(36,3)	(26,6)
<b>Total das dívidas</b>	<b>554,1</b>	<b>549,1</b>	<b>562,2</b>
(-) Disponibilidades financeiras	121,6	128,6	171,9
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>432,6</b>	<b>420,5</b>	<b>390,3</b>
(-) Créditos CDE	15,1	26,8	17,7
(-) Créditos CVA	8,7	15,9	0,5
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>408,7</b>	<b>377,7</b>	<b>372,1</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	2,5	2,1	2,1

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.



## 5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 30 de setembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



## 6. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre		
	1T22	1T21	Var. %
Ativo Elétrico	23,7	11,5	+ 106,1
Obrigações Especiais (*)	1,9	0,5	+ 290,1
Ativo não Elétrico	1,3	0,6	+ 109,9
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>27,0</b>	<b>12,6</b>	<b>+ 113,5</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

## 7. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de maio de 2022=, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base no balanço de 31 de março de 2022, no montante de R\$19,7 milhões, equivalentes a R\$ 24,1075664024 por ação ordinária do capital social. Os dividendos serão pagos a partir de 13 de maio de 2022.

A Administração.

**Informações financeiras trimestrais**

**1. Balanço Patrimonial Ativo**

**BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18.016	13.735
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	103.558	114.893
Consumidores e concessionárias	176.989	170.163
Estoques	3.379	2.985
Tributos a recuperar	27.874	31.977
Instrumentos financeiros derivativos	3.619	3.234
Ativos financeiros setoriais	14.857	45.294
Outros créditos	40.053	52.948
<b>Total do circulante</b>	<b>388.345</b>	<b>435.229</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Consumidores e concessionárias	39.494	36.326
Títulos de créditos a receber	219.334	-
Tributos a recuperar	-	215.336
Instrumentos financeiros derivativos	20.552	36.282
Ativos financeiros setoriais	3.336	24.747
Ativo financeiro indenizável da concessão	58.552	56.619
Cauções e depósitos vinculados	4.602	4.458
Outros créditos	7.077	7.079
	<b>352.947</b>	<b>380.847</b>
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	19.988	3.601
Investimentos	1.725	1.725
Imobilizado	10.781	9.847
Intangível	510.308	514.109
<b>Total do não circulante</b>	<b>895.749</b>	<b>910.129</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.284.094</b>	<b>1.345.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	31/03/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	78.443	97.292
Encargos de dívidas	1.868	1.020
Empréstimos e financiamentos	5.921	4.341
Debêntures	95.660	33.811
Impostos e contribuições sociais	45.451	37.173
Obrigações estimadas	8.139	8.728
Contribuição de iluminação pública	3.264	2.378
Encargos setoriais	13.964	14.128
Passivos financeiros setoriais	8.861	40.071
Instrumentos financeiros derivativos	25.213	21.983
Benefícios pós-emprego	1.214	1.214
Arrendamentos Operacionais	545	596
Outros passivos	17.818	26.863
<b>Total do circulante</b>	<b>306.361</b>	<b>289.598</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	1.387	1.756
Empréstimos e financiamentos	246.916	278.668
Debêntures	182.820	239.658
Impostos e contribuições sociais	25.526	24.402
Créditos tributários	2.709	12.140
Passivos financeiros setoriais	598	14.024
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	3.148	2.909
Encargos setoriais	3.976	3.136
Instrumentos financeiros derivativos	10.488	-
Benefícios pós-emprego	8.211	7.908
Arrendamentos Operacionais	1.024	1.088
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins	210.086	206.566
Outros passivos	2.029	1.977
<b>Total do não circulante</b>	<b>698.918</b>	<b>794.232</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	228.428	228.428
Reservas de Capital	8.976	8.929
Reservas de Lucros	20.952	20.952
Dividendos adicionais propostos	-	3.533
Outros resultados abrangentes	(314)	(314)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	20.773	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>278.815</b>	<b>261.528</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.284.094</b>	<b>1.345.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

### 3. Demonstrações de Resultados

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	1T22	1T21
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	307.417	270.896
Suprimento de energia elétrica	3.472	6.116
Disponibilidade do Sistema Elétrico	28.062	14.834
Receitas de construção	16.922	10.305
Outras receitas	20.528	21.406
	<b>376.401</b>	<b>323.557</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS	81.533	69.856
PIS, Cofins e ISS	25.419	28.888
Deduções Bandeiras Tarifárias	-	(787)
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	37.490	25.796
	<b>144.442</b>	<b>123.753</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>231.959</b>	<b>199.804</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Energia elétrica comprada	108.920	106.330
Encargos de uso do sistema	25.525	21.534
Pessoal	10.918	12.371
Benefícios pós-emprego	528	369
Material	2.307	1.956
Serviços de terceiros	11.114	13.891
Amortização e Depreciação	10.529	10.135
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa / contingência	2.133	981
Custo de construção	16.922	10.305
Outras despesas	1.863	(4.952)
Outras Receitas/Despesas operacionais	646	(33.667)
	<b>191.405</b>	<b>139.253</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>40.554</b>	<b>60.551</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receita de aplicações financeira	2.507	1.492
Variação monetária e acréscimo moratório	3.574	3.938
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do PIS e Cofins	3.691	-
Outras receitas financeiras	(1.308)	(57)
Encargos de dívidas - juros	(29.404)	14.657
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(8.132)	(6.718)
Instrumentos financeiros derivativos	23.344	(14.762)
Marcação mercado de dívidas e derivativos	271	(12)
(-) Transferência p/Imob curso	174	48
Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do PIS e Cofins	(3.519)	-
Outras despesas financeiras	(757)	(3.341)
	<b>(9.559)</b>	<b>(4.755)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>30.995</b>	<b>55.796</b>
Contribuição social e imposto de renda	(10.222)	(18.768)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>20.773</b>	<b>37.028</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais para o**  
**período findo em 31 de março de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia” ou “EMG”), empresa integrante do Grupo Energisa, é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 477.222 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e obteve registro de Companhia Aberta em 17 de dezembro de 1969, mas desde 23 de maio de 1907 detém registro de negociação de suas ações em Bolsa de Valores.

#### 1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão.

Para data base 31 de março de 2022, a Companhia atingiu seus indicadores.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e a receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 24, respectivamente.

## **2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)**

---

### **2.1. Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2022.

### **2.2. Novos pronunciamento técnicos, revisões e interpretações ainda em vigor**

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

## **3. Informações por segmento**

---

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para

decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras trimestrais.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 4.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2022 equivale a 102,5% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2021).

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	13.252	12.816
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.764	919
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante (*)</b>	<b>18.016</b>	<b>13.735</b>

(\*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

### 4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, títulos públicos, CDBs, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2022 equivale a 111,4% do CDI (119,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Descrição	31/03/2022	31/12/2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	888	867
Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>	589	265
<b>Fundo de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.023	1.692
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	229	52
Títulos Públicos	171	-
Fundo Multimercado	169	627
Fundo de Renda Fixa	74.266	44.315
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	9.298	26.781
Letra Financeira (LF)	7.091	9.782
Letra Financeira (LFP)	-	75
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	312	1.187
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	9.365	28.626
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	157	624
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(3)</sup> - circulante</b>	<b>103.558</b>	<b>114.893</b>

<sup>(1)</sup> Fundo de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercados e são remunerados de 81,4% a 109,8% (58,0% até 152,7% em 31 de dezembro de 2021) do CDI e média ponderada 103,6% (96,1% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

<sup>(2)</sup> Fundo de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundo Multimercado, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas a 106,6% do CDI Fundo BB Energisa, 105,0% (138,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI no Fundo Zona da Mata, 115,1% do CDI Fundo Cataguases e (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI no Fundo FI Energisa.

(3) Inclui R\$1.477 (R\$1.132 em 31 de dezembro de 2021) referente a recursos vinculados a leilões de energia, bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Depósito judicial credores	10	10
FID	888	867
Outros	579	255
<b>Total</b>	<b>1.477</b>	<b>1.132</b>

## 5. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (2)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2022	31/12/2021
<b>Valores correntes:</b>									
Residencial	28.368	-	19.638	1.794	97	62	(2.077)	47.882	44.367
Industrial	7.668	-	923	43	763	1.093	(1.093)	9.397	9.218
Comercial	11.453	-	3.475	302	32	56	(88)	15.230	14.622
Rural	6.688	-	4.060	665	574	88	(135)	11.940	14.483
Poder público	3.121	-	259	16	-	94	(94)	3.396	2.604
Iluminação pública	4.548	-	52	1	-	-	(70)	4.531	4.555
Serviço público	3.564	-	24	1	1	-	(260)	3.330	3.359
Fornecimento não faturado	67.412	-	-	-	-	-	-	67.412	61.701
Arrecadação Processo Classificação	1.354	-	-	-	-	-	-	1.354	1.124
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	1.452	2.030	1.020	430	406	747	(2.271)	3.814	3.981
Industrial	426	330	80	17	14	2.941	(2.983)	825	1.050
Comercial	324	1.921	236	43	71	251	(425)	2.421	2.558
Rural	258	312	180	76	82	83	(420)	571	670
Poder público	10	1.842	-	-	-	-	-	1.852	1.947
Iluminação pública	93	-	7	-	-	-	-	100	376
Serviço público	22	-	8	-	-	-	-	30	5
(-) Ajuste valor Presente (1)	(47)	(1.741)	-	-	-	-	-	(1.788)	(1.618)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>136.714</b>	<b>4.694</b>	<b>29.962</b>	<b>3.388</b>	<b>2.040</b>	<b>5.415</b>	<b>(9.916)</b>	<b>172.297</b>	<b>165.002</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	1.243	-	-	-	-	6.873	(163)	7.953	9.517
Outros (4)	39	-	4.485	4.970	33	26.945	(239)	36.233	31.970
<b>Total</b>	<b>137.996</b>	<b>4.694</b>	<b>34.447</b>	<b>8.358</b>	<b>2.073</b>	<b>39.233</b>	<b>(10.318)</b>	<b>216.483</b>	<b>206.489</b>
Circulante								176.989	170.163
Não Circulante								39.494	36.326

(1) **Ajuste a valor presente** - é registrado para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 11,15% a.a. (8,76% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

(2) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue a variação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial - circulante -31/12/2021 e 31/12/2020</b>	<b>10.434</b>	<b>10.938</b>
Provisões constituídas no período/exercício	1.785	3.273
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(1.597)	(3.777)
<b>Saldo final - circulante -31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>10.622</b>	<b>10.434</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	10.318	10.130
Outros créditos - créditos a receber de terceiros (Nota Explicativa 9).	304	304

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	31/03/2022	31/12/2021
Créditos a vencer	1.243	2.807
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (**)	6.873	6.873
<b>Subtotal créditos CCEE (*)</b>	<b>8.116</b>	<b>9.680</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(1.128)	(5.691)
(-) Encargos de serviços do sistema	(7.441)	(22.908)
<b>Total créditos (débitos) CCEE</b>	<b>(453)</b>	<b>(18.919)</b>

(\*) Sobre o montante de R\$8.116 (R\$9.680 em 31 de dezembro de 2021) a Companhia constituiu a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) no valor de R\$163 (R\$163 em 31 de dezembro de 2021).

(\*\*) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(4) Outros - inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$23.413 (R\$22.329 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante.

## 6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	31/03/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	15.399	17.848
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	9.902	9.623
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	212.579	208.889
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.666	2.647
Contribuições ao PIS e a COFINS	6.035	7.680
Outros	627	626
<b>Total</b>	<b>247.208</b>	<b>247.313</b>
Circulante	27.874	31.977
Não Circulante	219.334	215.336

(\*) A Companhia reconheceu no período créditos de PIS e de COFINS, referente a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições, mesmo não tendo obtido trânsito em julgado de suas ações judiciais que se encontra em processo de julgamento, calculados com base na melhor estimativa da Administração com convicção de ser adequado o seu reconhecimento em face de que em sua avaliação ser mais do que provável a realização dos créditos compreendendo o ICMS destacado em nota, o que levou a constituir ativos de PIS e COFINS a recuperar no ativo não

circulante no montante de R\$212.579 (R\$208.889 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante no montante de R\$210.086 (R\$206.566 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 20. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que montou em R\$3.691 (R\$45.588 em 31 de dezembro de 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período. A habilitação dos créditos junto à Receita Federal do Brasil, somente ocorrerá após o trânsito em julgado das ações judiciais.

## 7. Reajuste, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

### 7.1. Reajuste e Revisão tarifário:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 05 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 17 de junho de 2020, o reajuste tarifário foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.696, que entrou em vigor a partir de 22 de junho de 2020. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 6,41%.

Em 22 de junho de 2021 o resultado da quinta revisão tarifaria da Companhia foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.884, com reajuste médio percebido pelos consumidores de 9,10%, aplicados a partir de 22 de junho de 2021.

O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

### 7.2. Bandeiras Tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e,
- Bandeira de Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3	Varição total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

(\*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 2022 e 2021 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	31/03/2022	31/12/2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela

#### **Bandeira Escassez Hídrica:**

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

#### **7.3. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:**

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R\$10.785 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de outros passivos circulante - Bônus de redução voluntária de consumo, tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica de Reembolsos do Fundo CDE no grupo de outros créditos no ativo circulante (vide nota explicativa nº 9) e, tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em 31 de março de 2022, temos o valor de R\$119 a receber registrado no ativo e R\$373 a compensar registrado no passivo.

#### 7.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem-posicionada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer nº 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um saldo passivo de R\$8.357 (R\$7.000 em 31 de dezembro de 2021).

Dos valores reconhecidos no resultado do período no montante de R\$1.357, R\$1.305, foi contabilizado na receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R\$52 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

#### 8. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

---

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado do Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Energia Elétrica comprada para revenda	-	(26.144)	-	(442)	(6.067)	(32.653)	-	(32.653)	(25.306)	(7.347)
Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	972	1.874	-	38	(972)	1.912	-	1.912	1.482	430
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	7.339	1.283	-	200	(1.946)	6.876	-	6.876	5.329	1.547
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	342	(260)	-	(2)	(404)	(324)	-	(324)	(251)	(73)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	10.385	-	69	(2.771)	7.683	-	7.683	5.954	1.729
Encargo de Serviços de Sistema - ESS <sup>(6)</sup>	51.223	(9.830)	-	534	(12.896)	29.031	-	29.031	22.499	6.532
<b>Componentes financeiros</b>										
Sobrecontratação de energia <sup>(3)</sup>	-	7.616	-	(1.828)	(6.061)	(273)	-	(273)	(212)	(61)
Neutralidade da Parcela A <sup>(2)</sup>	5.226	(99)	-	126	-	5.253	-	5.253	4.071	1.182
CUSD	-	199	-	(4)	(173)	22	-	22	17	5
Exposição de submercados <sup>(4)</sup>	2.348	14	-	16	(1.653)	725	-	725	562	163
Garantias	354	82	-	6	(134)	308	-	308	239	69
Saldo a compensar <sup>(5)</sup>	2.237	381	-	58	-	2.676	-	2.676	2.074	602
Outros Financeiros	-	-	-	-	(3.043)	(3.043)	-	(3.043)	(1.601)	(1.442)
<b>Total de Ativos</b>	<b>70.041</b>	<b>(14.499)</b>	<b>-</b>	<b>(1.229)</b>	<b>(36.120)</b>	<b>18.193</b>	<b>-</b>	<b>18.193</b>	<b>14.857</b>	<b>3.336</b>

Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	-	511	-	(972)	(461)	(461)	-	(461)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.710	-	(495)	-	(2.771)	444	444	-	444	-
Energia Elétrica comprada para revenda	24.573	-	(9.740)	-	(6.067)	8.766	8.766	-	8.766	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS <sup>(6)</sup>	-	-	6.787	-	(12.896)	(6.109)	(6.109)	-	(6.109)	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	62	-	180	-	(404)	(162)	(162)	-	(162)	-
Rede Básica	-	-	1.024	-	(1.946)	(922)	(922)	-	(922)	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Sobrecontratação de energia <sup>(3)</sup>	10.644	-	(1.465)	(1.800)	(6.061)	1.318	1.318	-	1.318	-
Neutralidade da Parcela A <sup>(2)</sup>	5.516	-	(2.903)	-	-	2.613	2.613	-	2.613	-
Exposição de submercados <sup>(4)</sup>	-	-	870	-	(1.653)	(783)	(783)	-	(783)	-
CUSD	2.117	-	(1.023)	-	(173)	921	921	-	921	-
Garantias	-	-	71	-	(134)	(63)	(63)	-	(63)	-
Saldo a compensar <sup>(5)</sup>	617	-	(325)	-	-	292	292	-	292	-
Devoluções Tarifárias <sup>(7)</sup>	3.429	834	(847)	6	-	3.422	764	2.658	2.824	598
Outros Financeiros	3.427	-	(201)	-	(3.043)	183	183	-	183	-
<b>Total Passivo</b>	<b>54.095</b>	<b>834</b>	<b>(7.556)</b>	<b>(1.794)</b>	<b>(36.120)</b>	<b>9.459</b>	<b>6.801</b>	<b>2.658</b>	<b>8.861</b>	<b>598</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>15.946</b>	<b>(15.333)</b>	<b>7.556</b>	<b>565</b>	<b>-</b>	<b>8.734</b>	<b>(6.801)</b>	<b>15.535</b>	<b>5.996</b>	<b>2.738</b>

<sup>(1)</sup> **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A** - a portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

- (2) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (3) **Repasso de sobrecontratação/exposição involuntária de energia** - a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (4) **Exposição de submercados** - representa o ganho financeiro decorrente das diferenças de preços quando da transferência de energia entre Submercados e na sua apuração considera-se também as diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) dos submercados.
- (5) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**- conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (6) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.
- (7) **Devoluções Tarifárias** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$947 (R\$787 em 31 de março de 2021).

## 9. Outros créditos

	31/03/2022	31/12/2021
Subvenção Baixa Renda <sup>(1)</sup>	6.682	6.056
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	6.730	7.016
Ordens de serviço em curso - outros	91	68
Adiantamentos	2.072	2.408
Subvenção CDE - Desconto Tarifário <sup>(2)</sup>	8.284	9.876
Bônus - Reembolso do Fundo CDE <sup>(*)</sup>	119	10.875
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	8.051	7.361
Adiantamento de benefícios pós-emprego	8.254	8.254
Despesas pagas antecipadamente	2.946	3.030
Fundos Patronais dos planos Previdenciários	-	195
Outros <sup>(3)</sup>	3.901	4.888
<b>Total</b>	<b>47.130</b>	<b>60.027</b>
Circulante	40.053	52.948
Não circulante	7.077	7.079

(\*) Vide nota explicativa nº 7.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

- (1) **Subvenção Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro de 2021. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial - circulante- 31/12/2021 e 31/12/2020</b>	<b>6.056</b>	<b>5.368</b>
Subvenção Baixa Renda	7.825	26.097
Ressarcimento e compensações pela CCEE	(7.199)	(25.409)
<b>Saldo final - circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>6.682</b>	<b>6.056</b>

<sup>(2)</sup> **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do período, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial - circulante - 31/12/2021 e 31/12/2020</b>	<b>9.876</b>	<b>11.402</b>
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	13.893	54.125
Ressarcimento e compensações pela CCEE	(15.485)	(55.651)
<b>Saldo final - circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>8.284</b>	<b>9.876</b>

<sup>(3)</sup> Inclui R\$304 (R\$304 em 31 de dezembro de 2021) de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e R\$2.641 (R\$2.859 em 31 de dezembro de 2021) referente a compartilhamento, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

## 10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias e empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A;
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Parque Eólico Sobradinho Ltda., possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A; e

- Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A.

#### Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A;
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

#### Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).
- URB Energia Limpa Ltda.

#### Controlada direta da Parque Eólico Sobradinho Ltda:

- Energisa Geração Central Eólica Maravilha I S/A;
- Energisa Geração Central Eólica Maravilha II S/A;
- Energisa Geração Central Eólica Maravilha III S/A;
- Energisa Geração Central Eólica Maravilha IV S/A; e,
- Energisa Geração Central Eólica Maravilha V S/A.

#### Transações efetuadas durante o período/ exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Disponibilização do sistema de transmissão	Comissão aval e debêntures (Despesa financeira) <sup>(4)</sup>	Outros resultados - receita <sup>(7)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a pagar Aval e debêntures - outras contas a pagar <sup>(4)</sup>	Saldo a pagar - Disponibilização de sistema de transmissão
Energisa S/A <sup>(1)</sup>	(3.805)	-	(3.773)	-	(3.011)	(85.536)	-
Multi Energisa Serviços S/A <sup>(2)</sup>	(545)	-	-	-	(366)	-	-
Energisa Soluções S/A <sup>(3)</sup>	(2.923)	-	-	-	(1.805)	-	-
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de energia S/A <sup>(6)</sup>	-	(282)	-	-	-	-	(32)
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A <sup>(5)</sup>	-	(9)	-	-	-	-	(3)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A <sup>(5)</sup>	-	(10)	-	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A <sup>(5)</sup>	-	(5)	-	-	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A <sup>(5)</sup>	-	(1)	-	-	-	-	-
<b>31/03/2022</b>	<b>(7.273)</b>	<b>(307)</b>	<b>(3.773)</b>	<b>-</b>	<b>(5.182)</b>	<b>(85.536)</b>	<b>(35)</b>
<b>31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.427)</b>	<b>(82.754)</b>	<b>(6)</b>
<b>31/03/2021</b>	<b>(7.183)</b>	<b>(22)</b>	<b>(4.171)</b>	<b>33.790</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> **Energisa S/A** - refere-se a serviços de rotinas administrativas complementares aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses e foi prorrogado em 23 de março de 2022 por mais 6 meses, conforme Despacho nº 751, em 18 de março de 2022, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

<sup>(2)</sup> **Multi Energisa Serviços S/A** - refere-se a prestação de serviços especializados em Call Center, firmado em, firmado em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de setembro de 2022 no valor total de R\$11.983, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 806, em 24 de março de 2022.

- (3) **Energisa Soluções S/A** - (i) Serviços de Automação - O contrato de prestação de serviços de manutenção em ativos de automação, proteção e controle de subestações (SE's), linhas de distribuição de média tensão (LDMT's) e linhas de distribuição de alta tensão (LDAT's), no valor total de R\$1.600, correspondente ao período de 6 meses; (ii) serviços de manutenção em subestações (SE'S) e linhas de distribuição de alta tensão (LDAT'S) no valor total de R\$4.761, correspondente ao período de 6 meses; e, (iii) prestação de serviços de manutenção em equipamentos elétricos e de transformadores de potência em oficina no valor total de R\$1,093, correspondente ao período de 6 meses. Os contratos foram firmados em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de setembro de 2022. As operações refletem as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 704, em 17 de março de 2022.
- (4) A Companhia efetuou a 8ª, 9ª e 13ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2022 o valor atualizado é de R\$85.536 (R\$82.754 em 31 de dezembro de 2021).
- (5) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A** - refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato o com vencimento em 2025.
- (6) **Energisa Nova Friburgo Distribuidora de energia S/A:** refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD); e,
- (7) **Fundo de Investimentos - FIDC** - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos realizados no exercício, vide nota explicativa nº 26.

### Contrato de compartilhamento

Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

### Remuneração dos administradores

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração Anual <sup>(a)</sup>	3.774	3.372
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	119	100
Remuneração da Diretoria	286	278
Outros Benefícios <sup>(b)</sup>	239	245

- a) Limite global da remuneração anual dos administradores para o período findo em 31 de março de 2022 foi aprovado na AGOE de 28 de abril de 2022.
- b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas em 31 de março de 2022, foram de R\$47 e R\$2 (45 e R\$2 em 31 de março de 2021), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2022 foi de R\$11 (R\$14 em 31 de março de 2021).

### Programa de Remuneração Variável - (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP <sup>(1)</sup>	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	8.203	9.150	8.720	14.052
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data de início vesting	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2000	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(2)</sup>	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade <sup>(3)</sup>	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$ 44,35	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

<sup>(1)</sup> Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$360 representativo de 7.659 Units já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

<sup>(2)</sup> Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023);

<sup>(3)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2022. A partir do segundo trimestre de 2021 a Companhia realizará as liquidações do 1º programa de ILP. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (Units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 31 de março de 2022, foram reconhecidos R\$47 (R\$2 em 31 de março de 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de março de 2022 foi R\$1.055 (R\$1.008 em 31 de dezembro de 2021).

## 11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	31/03/2022	31/12/2021
<b>Ativo - Diferenças temporárias</b>	11.058	7.768
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.980	2.797
<b>Total - não circulante</b>	<b>15.038</b>	<b>10.565</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	13.049	16.695
Contribuição social	4.698	6.010
<b>Total - não circulante</b>	<b>17.747</b>	<b>22.705</b>
<b>Total líquido - ativo (passivo) não circulante</b>	<b>(2.709)</b>	<b>(12.140)</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativos e Passivos</b>				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.148	1.070	2.909	989
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa- PPECLD	10.622	3.612	10.434	3.548
Provisão ajuste atuarial	9.456	3.215	9.122	3.101
Outras provisões (Honorários, PEE, P&D e outras).	7.123	2.422	6.415	2.181
Ajuste a valor presente	1.788	608	1.618	550
Marcação a Mercado - dívida	(4.825)	(1.641)	(1.443)	(491)
Outras adições temporárias	(325)	(111)	42	14
Contratos e prestações de serviços	888	302	533	181
Marcação a mercado - derivativo	11.530	3.920	(17.533)	(5.961)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	(47.370)	(16.106)	(47.799)	(16.252)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>(7.965)</b>	<b>(2.709)</b>	<b>(35.702)</b>	<b>(12.140)</b>

As realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realizações de créditos fiscais
2022	536
2023	746
2024	838
2025	1.060
2026	2.713
2027 e 2028	4.045
2029 a 2031	5.100
<b>Total</b>	<b>15.038</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	30.995	55.796
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(10.538)	(18.971)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	(21)	21
Outras exclusões permanentes (*)	337	182
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(10.222)</b>	<b>(18.768)</b>
Alíquota efetiva	32,98%	33,64%

(\*) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

### Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros

de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de março compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

## 12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$1.459 (R\$910 em 31 de março de 2021). Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo financeiro valor justo - 31/12/2021 e 31/12/2020	56.619	46.005
Adições no período/exercício <sup>(1)</sup>	646	5.884
Baixas no período/exercício	(172)	(102)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	1.459	4.832
<b>Ativo financeiro valor justo - não circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>58.552</b>	<b>56.619</b>

<sup>(1)</sup> Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão;

<sup>(2)</sup> Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

## 13. Ativo contratual - Infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

	Saldo 31/12/2021	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Saldo 31/03/2022
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	18.626	25.163	(7.824)	(616)	35.349
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	15.025	1.935	(1.629)	30	15.361
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>3.601</b>	<b>23.228</b>	<b>(6.195)</b>	<b>(646)</b>	<b>19.988</b>

	Saldo 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldo 31/12/2021
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	11.802	72.546	(58.972)	(6.660)	18.626
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	14.594	8.524	(7.317)	(776)	15.025
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>(2.792)</b>	<b>63.932</b>	<b>(51.655)</b>	<b>(5.884)</b>	<b>3.601</b>

(1) O montante de R\$6.195 (R\$51.655 em 31 de dezembro de 2021), foi transferido para o Intangível.

(2) As baixas no montante de R\$646 (R\$5.884 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 14. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo 31/12/2021	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 31/03/2022
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	1.727	-	42	-	-	1.769
Máquinas e Equipamentos	14,90%	18.355	-	200	-	-	18.555
Veículos	14,29%	400	-	-	-	-	400
Móveis e utensílios	6,25%	5.115	-	1	-	-	5.116
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>25.597</b>	<b>-</b>	<b>243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.840</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(219)	-	-	-	(13)	(232)
Máquinas e Equipamentos		(13.043)	-	-	-	(304)	(13.347)
Veículos		(82)	-	-	-	(12)	(94)
Móveis e utensílios		(2.793)	-	-	-	(70)	(2.863)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(16.137)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(399)</b>	<b>(16.536)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>9.460</b>	<b>-</b>	<b>243</b>	<b>-</b>	<b>(399)</b>	<b>9.304</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>387</b>	<b>1.333</b>	<b>(243)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.477</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>9.847</b>	<b>1.333</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(399)</b>	<b>10.781</b>

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2021
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	209	-	1.518	-	-	1.727
Máquinas e Equipamentos	15,54%	16.616	-	1.739	-	-	18.355
Veículos	14,29%	267	-	322	(189)	-	400
Móveis e utensílios	6,25%	5.014	-	101	-	-	5.115
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>22.106</b>	<b>-</b>	<b>3.680</b>	<b>(189)</b>	<b>-</b>	<b>25.597</b>
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(203)	-	-	-	(16)	(219)
Máquinas e Equipamentos		(11.804)	-	-	-	(1.239)	(13.043)
Veículos		(267)	-	-	189	(4)	(82)
Móveis e utensílios		(2.512)	-	-	-	(281)	(2.793)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(14.786)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>189</b>	<b>(1.540)</b>	<b>(16.137)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>7.320</b>	<b>-</b>	<b>3.680</b>	<b>-</b>	<b>(1.540)</b>	<b>9.460</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>1.272</b>	<b>2.795</b>	<b>(3.680)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>387</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>8.592</b>	<b>2.795</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.540)</b>	<b>9.847</b>

## 15. Intangível

	31/03/2022	31/12/2021
Intangível - contrato de concessão	501.732	505.411
Intangível - direito de uso	1.373	1.508
Intangível - software	7.203	7.190
<b>Total</b>	<b>510.308</b>	<b>514.109</b>

### 15.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa média de Amortização	Saldos 31/12/2021	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos 31/03/2022
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	4,09%	1.218.412	7.824	(978)	-	1.225.258
Amortização Acumulada		(542.430)	-	817	(12.859)	(554.472)
<b>Subtotal</b>		<b>675.982</b>	<b>7.824</b>	<b>(161)</b>	<b>(12.859)</b>	<b>670.786</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão em Serviço</b>						
Custo	3,75%	293.283	1.629	-	-	294.912
Amortização Acumulada		(122.712)	-	-	(3.146)	(125.858)
<b>Subtotal</b>		<b>170.571</b>	<b>1.629</b>	<b>-</b>	<b>(3.146)</b>	<b>169.054</b>
<b>Total</b>		<b>505.411</b>	<b>6.195</b>	<b>(161)</b>	<b>(9.713)</b>	<b>501.732</b>

	Taxa média de Amortização	Saldos 31/12/2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos 31/12/2021
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	4,08%	1.169.917	58.972	(10.477)	-	1.218.412
Amortização Acumulada		(499.862)	-	6.695	(49.263)	(542.430)
<b>Subtotal</b>		<b>670.055</b>	<b>58.972</b>	<b>(3.782)</b>	<b>(49.263)</b>	<b>675.982</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão em Serviço</b>						
Custo	3,75%	285.966	7.317	-	-	293.283
Amortização Acumulada		(111.156)	-	-	(11.556)	(122.712)
<b>Subtotal</b>		<b>174.810</b>	<b>7.317</b>	<b>-</b>	<b>(11.556)</b>	<b>170.571</b>
<b>Total</b>		<b>495.245</b>	<b>51.655</b>	<b>(3.782)</b>	<b>(37.707)</b>	<b>505.411</b>

(1) Transferências originadas do ativo contratual-infraestrutura em construção;

(2) As baixas no montante de R\$161 (R\$3.782 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às baixas realizadas no período, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no período, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$179 (R\$628 em 31 de dezembro de 2021).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa 691 de 08 de dezembro de 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 4,09% (4,08% em 31 de dezembro de 2021).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são como segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Contribuições do consumidor (1)	62.035	60.061
Participação da União - recursos CDE (2)	240.543	240.543
Reserva para reversão (3)	744	783
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	8.085	8.085
(-) Amortização acumulada	(125.858)	(122.712)
<b>Total</b>	<b>185.549</b>	<b>186.760</b>
<b>Alocação:</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.134	1.164
Infraestrutura - Intangível em serviço	169.054	170.571
Ativo contratual - infraestrutura em construção	15.361	15.025
<b>Total</b>	<b>185.549</b>	<b>186.760</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

## 15.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2021	Amortização	Saldo 31/03/2022
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>				
Custo	15,13%	3.570	-	3.570
Amortização Acumulada		(2.062)	(135)	(2.197)
<b>Total</b>		<b>1.508</b>	<b>(135)</b>	<b>1.373</b>

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 31/12/2020	Adição	Transferência	Baixas	Amortização	Saldo 31/12/2021
<b>Intangível - direito de uso - Imóveis</b>							
Custo	18,32%	3.927	728	38	(1.123)	-	3.570
Amortização Acumulada		(1.370)	-	(38)	-	(654)	(2.062)
<b>Total</b>		<b>2.557</b>	<b>728</b>	<b>-</b>	<b>(1.123)</b>	<b>(654)</b>	<b>1.508</b>

## 15.3. Intangível - software

	Taxa média de Amortização	Saldo 31/12/2021	Adição	Transferência	Amortização	Saldo 31/03/2022
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	24.441	-	683	-	25.124
Amortização Acumulada		(20.157)	-	-	(461)	(20.618)
Em curso		2.906	474	(683)	-	2.697
<b>Total</b>		<b>7.190</b>	<b>474</b>	<b>-</b>	<b>(461)</b>	<b>7.203</b>

	Taxa média de Amortização	Saldo 31/12/2020	Adição	Transferência	Amortização	Saldo 31/12/2021
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	23.117	-	1.324	-	24.441
Amortização Acumulada		(18.182)	-	-	(1.975)	(20.157)
Em curso		1.362	2.868	(1.324)	-	2.906
<b>Total</b>		<b>6.297</b>	<b>2.868</b>	<b>-</b>	<b>(1.975)</b>	<b>7.190</b>

## 16. Fornecedores

	31/03/2022	31/12/2021
Contratos Bilaterais	47.544	54.070
CCEE <sup>(1)</sup>	1.128	5.691
Uso do sistema de transmissão/distribuição <sup>(2)</sup>	6.741	6.038
Operador Nacional do Sistema Elétrico <sup>(3)</sup>	2.385	2.334
Conexão à rede <sup>(3)</sup>	708	700
Encargos de serviços do sistema <sup>(2)</sup>	7.441	22.908
Materiais e serviços e outros <sup>(4)</sup>	13.883	7.307
<b>Total</b>	<b>79.830</b>	<b>99.048</b>
Circulante	78.443	97.292
Não circulante	1.387	1.756

- (1) CCEE - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu o piso, comparando fevereiro/22-março/21 com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.
- (2) Uso do sistema de transmissão/distribuição e Encargos do serviço do sistema - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não há necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.
- (3) Operador Nacional do Sistema Elétrico e conexão à rede - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias; e,
- (4) Materiais, serviços e outros - referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros.

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda Nacional</b>					
IPCA	74.002	(927)	2.605	-	75.680
CDI	25.423	-	746	-	26.169
Gastos com captação	(10)	-	-	-	(10)
<b>Total do custo</b>	<b>99.415</b>	<b>(927)</b>	<b>3.351</b>	<b>-</b>	<b>101.839</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>					
<b>Moeda Estrangeira</b>					
Dólar	185.730	(765)	(27.118)	-	157.847
Marcação a mercado	(1.116)	-	-	(3.865)	(4.981)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>184.614</b>	<b>(765)</b>	<b>(27.118)</b>	<b>(3.865)</b>	<b>152.866</b>
<b>Total</b>	<b>284.029</b>	<b>(1.692)</b>	<b>(23.767)</b>	<b>(3.865)</b>	<b>254.705</b>
Circulante	5.361				7.789
Não circulante	278.668				246.916

	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
Pré Fixado	4.286	-	(4.278)	(54)	46	-	-	-
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	-	-
TJLP e TLP	55	-	(55)	-	-	-	-	-
IPCA	-	69.702	-	(1.735)	6.035	-	-	74.002
CDI	196.555	25.000	(188.333)	(15.155)	7.356	-	-	25.423
Gastos com captação	(93)	-	-	-	94	(11)	-	(10)
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
<b>Total do custo</b>	<b>200.829</b>	<b>94.702</b>	<b>(192.696)</b>	<b>(16.944)</b>	<b>13.535</b>	<b>(11)</b>	<b>-</b>	<b>99.415</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	81.249	180.000	(86.531)	(3.788)	14.800	-	-	185.730
Marcação a mercado	269	-	-	-	-	-	(1.385)	(1.116)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>81.518</b>	<b>180.000</b>	<b>(86.531)</b>	<b>(3.788)</b>	<b>14.800</b>	<b>-</b>	<b>(1.385)</b>	<b>184.614</b>
<b>Total</b>	<b>282.347</b>	<b>274.702</b>	<b>(279.227)</b>	<b>(20.732)</b>	<b>28.335</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.385)</b>	<b>254.029</b>
Circulante	279.782							5.361
Não circulante	2.565							278.668

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias <sup>(*)</sup>
	31/03/2022	31/12/2021					
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 (2)	75.680	74.002	IPCA + 5,03%	dez/34	Mensal a partir de abr/22	4,43%	A + R
EMG X SANTANDER - CCB -1035866	26.169	25.423	CDI + 1,70%	abr/23	Final	2,85%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(10)	(10)					
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>101.839</b>	<b>99.415</b>					
EMG X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 (2,3)	37.628	44.123	1,5173%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-14,72%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (2,3)	86.791	102.234	1,83%a.a. (Pré)	fev/24	Final	-14,65%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 09122021 (2,3)	33.428	39.373	2,19%a.a. (Pré)	jun/24	Final	-14,56%	A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(4.981)	(1.116)					
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>152.866</b>	<b>184.614</b>					
<b>Total EMG</b>	<b>254.705</b>	<b>284.029</b>					

(\*) A = Aval Energisa, R = Recebíveis.

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.
- (2) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 de março/21 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2022 as exigências contratuais foram cumpridas.

- (3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

## Garantias:

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2022	31/12/2021
US\$ x R\$	-15,10%	7,39%
CDI	2,43%	4,42%
IPCA	3,20%	10,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2022
2023	29.441
2024	158.264
2025	5.921
2026	5.921
Após 2026	47.369
<b>Total</b>	<b>246.916</b>

## 18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2022
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
CDI	147.189	(2.519)	3.848	-	148.518
IPCA	128.607	(1.508)	4.561	-	131.660
<b>Gastos com captação</b>	(2.000)	-	146	-	(1.854)
Marcação a mercado	(327)	-	-	483	156
<b>Total do custo</b>	<b>273.469</b>	<b>(4.027)</b>	<b>8.555</b>	<b>483</b>	<b>278.480</b>
Circulante	33.811				95.660
Não circulante	239.658				182.820

	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>						
CDI	160.484	(14.808)	(6.408)	7.921	-	147.189
IPCA	115.986	-	(5.777)	18.398	-	128.607
<b>Gastos com captação</b>	(2.622)	-	-	622	-	(2.000)
Marcação a mercado	9.968	-	-	-	(10.295)	(327)
<b>Total do custo</b>	<b>283.816</b>	<b>(14.808)</b>	<b>(12.185)</b>	<b>26.941</b>	<b>(10.295)</b>	<b>273.469</b>
Circulante	16.743					33.811
Não circulante	267.073					239.658

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	31/03/2022	31/12/2021							
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	11.330	10.924	15/06/2017	8.392 / 8.392	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	4,57%	SG
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	10.173	9.808	15/06/2017	7.532 / 7.532	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	4,59%	SG
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	4.757	4.599	15/10/2017	3.636 / 3.636	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	4,30%	SG
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	888	858	15/10/2017	678 / 678	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	4,36%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.654	1.597	15/10/2017	1.261 / 1.261	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	4,45%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	15.457	15.064	15/10/2017	44.425 / 44.425	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	2,62%	SG
Debêntures 10ª Emissão	61.581	60.917	15/09/2018	50.000 / 50.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	4,45%	A
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	35.085	34.192	10/06/2019	34.000 / 34.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	2,61%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	37.159	36.206	10/06/2019	36.000 / 36.000	CDI + 0,83% a.a.	jun / 26	Final	2,64%	A
Debêntures 12ª Emissão	60.817	61.727	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI + 0,95% a.a.	fev / 23	Final	2,67%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	4.725	4.570	11/10/2020	4.010 / 4.010	IPCA+4,2297% a.a.	out / 27	Final	4,24%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	36.552	35.334	11/10/2020	30.990 / 30.990	IPCA+4,4744% a.a.	out / 30	Anual após out/28	4,30%	SG
Custo de captação incorrido na contratação	(1.854)	(2.000)							
Marcação à Mercado de Dívida	156	(327)							
<b>Total</b>	<b>278.480</b>	<b>273.469</b>							

(\*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

### Condições de covenants

O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. No período findo em 31 de março de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

### Vencimentos

No período findo em 31 de março de 2022 as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2022
2023	20.187
2024	64.882
2025	20.208
2026	35.873
Após 2026	41.670
<b>Total</b>	<b>182.820</b>

## 19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	49.717	47.816
Encargos sociais	2.761	3.012
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.057	1.034
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.222	372
Contribuições ao PIS e a COFINS	6.187	4.738
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	391	811
Imposto sobre serviços - ISS	192	219
Outros	3.450	3.573
<b>Total</b>	<b>70.977</b>	<b>61.575</b>
Circulante	45.451	37.173
Não Circulante	25.526	24.402

(\*) Inclui R\$23.413 (R\$22.329 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias do ativo não circulante.

## 20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R\$212.579 e passivo não circulante de R\$210.086, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	212.579	-	208.889	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	(210.086)	-	(206.566)
<b>Total do ativo e passivo não circulante</b>	<b>212.579</b>	<b>(210.086)</b>	<b>208.889</b>	<b>(206.566)</b>

Demonstração do resultado	31/03/2022
<b>Resultado financeiro</b>	
Outras Receitas financeiras	
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	3.691
<b>Outras Despesas financeiras</b>	
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(3.519)
<b>Resultado apurado</b>	<b>172</b>

(\*) Deduzidos de R\$2.321 referente aos custos com advogados, consultoria e tributos.

## 21. Encargos setoriais

	31/03/2022	31/12/2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.106	5.106
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	279	316
Ministério de Minas e Energia - MME	140	158
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	1.459	1.247
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D <sup>(1)</sup>	4.461	4.558
Programa de Eficiência Energética - PEE <sup>(1)</sup>	6.495	5.879
<b>Total</b>	<b>17.940</b>	<b>17.264</b>
Circulante	13.964	14.128
Não circulante	3.976	3.136

<sup>(1)</sup> Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais.

## 22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e tributária.

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação

for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2022	31/12/2021
<b>Saldos iniciais - não circulante - 31/12/2021 e 31/12/2020</b>	-	<b>2.835</b>	<b>74</b>	<b>2.909</b>	<b>2.482</b>
Constituições de Provisões	14	397	8	419	8.307
Reversão de provisões	-	(71)	-	(71)	(5.760)
Pagamentos realizados	(14)	(175)	(8)	(197)	(2.444)
Atualização monetária	-	88	-	88	324
<b>Saldos finais - não circulante - 31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>3.074</b>	<b>74</b>	<b>3.148</b>	<b>2.909</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)	-	-	-	-	-

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$4.602 (R\$4.458 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, R\$4.602 (R\$4.458 em 21 de dezembro de 2020), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto

- Trabalhistas:**

Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária.

- Cíveis:**

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais envolvendo Danos Elétricos, Interrupção de Fornecimento, Reclamação de Consumo e Inscrição no Serasa.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

## 22.1. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31/03/2022	31/12/2021
<b>Saldos iniciais em 31/12/2021 e 31/12/2020</b>	<b>7.470</b>	<b>47.179</b>	<b>19.431</b>	<b>74.080</b>	<b>97.674</b>
Novos processos	-	-	-	-	22.144
Mudanças de Prognóstico e Valor Pedido	-	(108)	-	(108)	(51.469)
Encerramento	-	(353)	(2)	(355)	(1.202)
Atualização monetária	181	1.135	450	1.766	6.932
<b>Saldo final - em 31/03/2022 e 31/12/2021</b>	<b>7.651</b>	<b>47.853</b>	<b>19.879</b>	<b>75.383</b>	<b>74.079</b>

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as avaliações consideradas:

- **Trabalhistas:**

As ações judiciais de natureza trabalhistas em sua grande maioria envolvem discussões de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias/contratuais.

- **Cíveis:**

As ações judiciais de natureza cível em sua grande maioria estão relacionadas a discussões sobre valor de conta de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais, suspensão do fornecimento, irregularidades nos aparelhos de medição, interrupção de fornecimento, cobrança indevida, entre outros.

- **Fiscais:**

As ações de natureza fiscais referem-se basicamente a discussões sobre: (i) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; (ii) o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição do ativo imobilizado.

## 23. Patrimônio líquido

### 23.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$228.428 (R\$228.428 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 818.607 (818.607 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 1.500 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 23.2. Reserva de capital

	31/03/2022	31/12/2021
Subvenção de investimentos	7.921	7.921
Programa de remuneração variável (ILP) (*)	1.055	1.008
	<b>8.976</b>	<b>8.929</b>

(\*) Refere-se a implementação do programa de remuneração variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), conforme descrito na nota explicativa nº10.

### 23.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 23.4. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$3.533, equivalentes a R\$ 4,3154157611 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

## 24. Receita operacional

	31/03/2022			31/03/2021		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	375.750	150.507	156.808	355.340	151.365	136.791
Industrial	3.338	21.091	22.238	3.266	25.822	19.957
Comercial	35.696	50.841	56.066	35.175	54.832	48.732
Rural	57.158	36.609	34.626	72.117	46.494	33.947
Poder público	4.155	8.671	8.613	4.071	7.250	5.821
Iluminação pública	143	20.366	13.200	146	19.683	9.456
Serviço público	736	10.798	10.155	729	10.367	7.337
Consumo próprio	145	657	-	143	725	-
<b>Subtotal</b>	<b>477.121</b>	<b>299.540</b>	<b>301.706</b>	<b>470.987</b>	<b>316.538</b>	<b>262.041</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	39.784	3.472	-	24.017	6.116
Fornecimento não faturado líquido	-	3.727	5.711	-	3.198	8.855
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	101	-	28.062	73	-	14.834
Receita de construção da infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	16.922	-	-	10.305
Penalidades Regulatórias	-	-	(572)	-	-	(986)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	1.459	-	-	910
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	(6.830)	-	-	772
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	21.718	-	-	17.573
Outras receitas operacionais	-	-	4.752	-	-	3.137
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>477.222</b>	<b>343.051</b>	<b>376.400</b>	<b>471.060</b>	<b>343.753</b>	<b>323.557</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	81.533	-	-	69.856
PIS	-	-	4.513	-	-	5.137
COFINS	-	-	20.787	-	-	23.660
ISS	-	-	119	-	-	91
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	(787)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	842	-	-	747
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	211	-	-	187
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	35.067	-	-	23.625
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	421	-	-	374
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	421	-	-	374
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	211	-	-	187
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	316	-	-	302
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144.441</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.753</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>477.222</b>	<b>343.051</b>	<b>231.959</b>	<b>471.060</b>	<b>343.753</b>	<b>199.804</b>

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) **Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

## 25. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (**)		R\$	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Energia de Itaipú - Binacional	63.073	63.469	17.800	23.276
Energia de leilão	87.037	81.381	17.166	15.736
Energia bilateral	118.727	136.711	49.353	41.717
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	11.833	12.081	4.005	2.608
Energia de curto prazo - CCEE (*)	-	-	12.097	17.525
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410	95.238	90.891	11.261	12.457
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	6.431	6.291	5.092	3.218
Energia de reserva - ERR	-	-	3.869	690
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(11.723)	(10.897)
<b>Total</b>	<b>382.339</b>	<b>390.824</b>	<b>108.920</b>	<b>106.330</b>

(<sup>1</sup>) Incluí, nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão e encargos de serviços do sistema.

(<sup>2</sup>) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 26. Outros resultados

	31/03/2022	31/03/2021
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	-	955
Resultado com cessão de crédito de FIDC (a)	-	32.933
Outras	403	97
	<b>403</b>	<b>33.984</b>
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(663)	(43)
Outras	(386)	(274)
	<b>(1.049)</b>	<b>(317)</b>
<b>Total</b>	<b>(646)</b>	<b>33.667</b>

**Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento** - Em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S.A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

## 27. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2022	31/03/2021
Lucro líquido do período	20.773	37.028
Média ponderada em milhares de ações	819	819
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação (<sup>1</sup>) - R\$</b>	<b>25,36</b>	<b>45,21</b>

(<sup>1</sup>) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 28. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	325	293
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	141	131
Auto - Frota	23/10/2022	Até R\$360 / veículo	33	45
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	306.550	317	280
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	13	15
Transporte Nacional	04/04/2023	Até R\$2.000/ viagem	4	4
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941 / drone	3	3
			<b>836</b>	<b>771</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de fevereiro/2022 e projeção de prêmio anualizado.

## 29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

A movimentação e as respectivas atualizações do período findo em 31 de março de 2022 foram de R\$1.459 (R\$910 no período findo em 31 de março de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		18.016	18.016	13.735	13.735
Consumidores e concessionárias		216.483	216.483	206.489	206.489
Ativos financeiros setoriais		18.193	18.193	70.041	70.041
		<b>252.692</b>	<b>252.692</b>	<b>290.265</b>	<b>290.265</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	103.558	103.558	114.893	114.893
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	58.552	58.552	56.619	56.619
Instrumentos financeiros derivativos	2	24.171	24.171	39.516	39.516
		<b>186.281</b>	<b>186.281</b>	<b>211.028</b>	<b>211.028</b>

PASSIVO	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado:</b>					
Fornecedores		79.830	79.830	99.048	99.048
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		533.185	535.526	557.498	559.840
Arrendamentos operacionais		1.569	1.569	1.684	1.684
Passivos financeiros setoriais		9.459	9.459	54.095	54.095
		<b>624.043</b>	<b>626.384</b>	<b>712.325</b>	<b>714.667</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	35.701	35.701	21.983	21.983
		<b>35.701</b>	<b>35.701</b>	<b>21.983</b>	<b>21.983</b>

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. No período findo em 31 de março de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período findo em 31 de março de 2022, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$483 (R\$3.978 em 31 de março de 2021), reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### ***Fair Value Option***

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no ano de 2020, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. No período findo em 31 de março de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$3.865 (R\$283 em 31 de março de 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

### **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no website da Companhia) e nos regulamentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	31/03/2022	31/12/2021
Dívida (*)	533.185	557.498
Caixa e equivalentes de caixa	(18.016)	(13.735)
<b>Dívida líquida</b>	<b>515.169</b>	<b>543.763</b>
Patrimônio líquido	278.815	261.528
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,85</b>	<b>2,08</b>

(\*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		78.443	-	-	-	1.387	79.830
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,32%	29.783	98.401	311.860	79.047	138.343	657.434
Instrumentos Financeiros Derivativos		9.623	11.971	(3.004)	(6.521)	(539)	11.530
<b>Total</b>		<b>117.849</b>	<b>110.372</b>	<b>308.856</b>	<b>72.526</b>	<b>139.191</b>	<b>748.794</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida por consequência é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seu contrato de compra de energia, reduza exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

A Companhia tem contrato de suprimento com a distribuidora que supre parte da região, contudo esse evento tende a não prospectar risco. Com base no histórico a carga demanda foi amplamente atendida e não gerou efeito de exposição ou sobrecontratação de energia elétrica.

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído no segundo trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	18.016	13.735
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	103.558	114.893
Consumidores e concessionárias	5	216.483	206.489
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	58.552	56.619
Ativos financeiros setoriais líquido	8	8.734	15.946
Instrumentos financeiros derivativos	29	24.171	39.516

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentado na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2022 com queda de 15,10% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$ 4,7378 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2022 era de 13,93%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de março de 2022 com queda de 16,85% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 14,46% em 31 de março de 2022.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia no período findo em 31 de março de 2022, excluído os efeitos dos custos a apropriar, o montante de R\$535.049 (R\$559.508 31 de dezembro de 2021), R\$152.866 (R\$184.614 em 31 de dezembro de 2021), estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 17. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto prazo (último vencimento em junho de 2024) e custo máximo de 1,83% ao ano mais variação cambial.

No período findo em 31 de março de 2022, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de

instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante	3.619	3.234
Ativo não circulante	20.552	36.282
Passivo circulante	25.213	21.983
Passivo não circulante	10.488	-

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	18.257	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotia bank	7.901	USD + 1,785%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.048	USD + 2,576%	CDI + 1,50%	17/06/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	50.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	32.383	IPCA + 4,47%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A.
Bank of America X EMG	4.277	IPCA + 4,23%	CDI + 0,84%	13/10/26	N.A.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair Value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge)	108.159	108.159	Taxa Pré-Fixada	(90.916)	(88.247)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	129.876	125.337
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(111.362)	(110.573)
			<b>Posição Líquida Swap</b>	18.514	14.764
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	(72.402)	(73.483)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “*fair Value hedge*”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2022	31/12/2021		31/03/2022	31/12/2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	180.000	180.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(153.250)	(184.604)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	153.250	184.604
			<b>Posição Passiva</b>		
Swap Cambial (Derivativo)	180.000	180.000	Taxa de Juros CDI	(183.294)	(181.835)
			Posição Líquida Swap	(30.044)	2.769
			Posição Líquida Dívida + Swap	(183.294)	(181.835)

Os empréstimos designados formalmente como “*Fair Value Hedge*” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	180.000		191.911	156.576	121.240
Variação Dívida			11.911	(23.424)	(58.760)
Swap Cambial		Alta US\$			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	153.250		141.339	176.674	212.010
Variação - USD e LIBOR			(11.911)	23.424	58.760
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(183.294)		(183.294)	(183.294)	(183.294)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(30.044)		(41.955)	(6.620)	28.716
Total Líquido	149.956		149.956	149.956	149.956

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais em 31 de março de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$149.956 (R\$177.231 em 31 de dezembro de 2021), que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente positivo de R\$149.956 (R\$177.231 em 31 de dezembro de 2021) em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 31 de março de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	108.159		108.159	108.159	108.159
Variação Dívida			-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	129.876		129.876	129.876	129.876
Variação - Taxa de Juros			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(111.362)		(39.430)	(43.083)	(46.697)
Variação - CDI + TJLP			71.932	68.279	64.665
<b>Subtotal</b>	<b>18.514</b>		<b>90.446</b>	<b>86.793</b>	<b>83.179</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>126.673</b>		<b>198.605</b>	<b>194.952</b>	<b>191.338</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em de 31 de março de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 2,43% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	108.322	Alta CDI	13.096	16.370	19.644
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(183.294)	Alta CDI	(22.160)	(27.700)	(33.240)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(224.198)	Alta CDI	(27.106)	(33.883)	(40.659)
	(157.985)	Alta IPCA	(5.056)	(6.320)	(7.584)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(565.477)</b>		<b>(54.322)</b>	<b>(67.903)</b>	<b>(81.483)</b>
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(457.155)</b>		<b>(41.226)</b>	<b>(51.533)</b>	<b>(61.839)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de março de 2023 (12,09% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2022 e IPCA 3,20% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$30.428.

## Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 30. Benefícios pós emprego

---

### 30.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de 2 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, do Plano Sudeste de modalidade Contribuição Variável e do Plano Energisa de modalidade Contribuição Definida, ambos administrados pela ENERGISAPREV, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes.

O Plano Sudeste de contribuição variável possui duas partes, ou massas de participantes, Parte A na modalidade BD e Parte B na modalidade CD, assim é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas na parcela de benefícios concedidos (parte BD do plano).

O Plano Energisa de contribuição definida, tem os benefícios de riscos totalmente repassados para uma seguradora, é reconhecido como plano de benefício pós-emprego e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

A ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada pelas empresas do Grupo Energisa, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

#### a) Plano Energisa Sudeste

O plano Multibra/Bradesco a partir de 03 de junho de 2019 passou a ser administrado pela EnergisaPrev e sua nomenclatura foi alterada para ENERGISA SUDESTE. É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019. Atualmente, somente 20 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas na parcela de benefícios concedidos (parte BD do plano).

#### b) Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possuía 260 (203 em 2020) participantes ativos, nenhum assistido e 1 BPD (1 assistido e 1 BPD em 2020).

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1).

No período findo em 31 de março de 2022, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$253 (R\$200 em 31 de março de 2021).

### 30.2. Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo em 31 de março de 2022, as despesas com o prêmio de aposentadoria foram de R\$262 (R\$161 em 31 de março de 2021).

### 30.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento e autogestão:

**Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

**Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

**Autogestão:** autogerenciamento de rede regional credenciada e modalidade de reembolso de despesas médicas aos empregados na razão de 60% do custo efetivo, conforme política interna definida. Abrange empregados ativos e seus dependentes legais.

- Reembolso de despesas médicas aos empregados lotados em sua sede, a razão de 60% do custo efetivo. Nessa modalidade, o desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício;
- Benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH da mesma forma supracitado.

No período findo em 31 de março de 2022 as despesas com esse benefício foram de R\$332 (R\$522 em 31 de março de 2021). Inclui R\$13 (R\$8 em 31 de março de 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

## 31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 A 2054	388.591	379.377	383.276	362.707	4.186.124

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de março de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

## 32. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2022	31/12/2021
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	646	5.884
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo	1.459	4.832
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	6.174	1.214
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(395)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(3.690)	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	6.174	1.294
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(395)

## 33. Eventos subsequentes

### 33.1. Partes Relacionadas de serviços de informática e licenciamento de softwares

A empresa contratada foi a Energisa S/A e teve o contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$36.852, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

### 33.2. Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; (ii) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (iii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; (iv) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e (v) receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$8.591, dos quais R\$2.798 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021,

R\$5.793 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. Os valores foram recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022.

### **33.3. Pagamento de dividendos do exercício de 2022**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de maio de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2022, no montante de R\$ 19.735, equivalentes a R\$ 24,1075664024 por ação ordinária do capital social. Os valores serão pagos a partir de 13 de maio de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 12 de maio de 2022, respeitadas as negociações até esta data.

- \* -

## **Conselho de Administração**

---

**Ivan Müller Botelho**  
Presidente

**Ricardo Perez Botelho**  
Vice-Presidente

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

**Maurício Perez Botelho**  
Suplente

## **Diretoria Executiva**

---

**Eduardo Alves Mantovani**  
Diretor Presidente

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**José Marcos Chaves de Melo**  
Diretor de Suprimentos e Logística

**Daniele Araújo Salomão Castelo**  
Diretora de Gestão de Pessoas

**Fabio Lancelotti**  
Diretor Técnico e Comercial

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Alexandre Nogueira Ferreira**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Contador  
CRC-MG 042523/O-7

# **Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.**

Relatório sobre a Revisão de  
Informações Trimestrais - ITR do  
Período de Três Meses Findo em  
31 de março de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases – MG

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board” - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Outros assuntos

### *Demonstração do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

### *Valores correspondentes ao exercício e período anteriores*

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sobre informações financeiras intermediárias em 16 de março de 2022 e 13 de maio de 2021, respectivamente, sem modificações.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4